

A ideologia econômica dos presidentes na América Latina: um indicador a partir dos programas de governo eleitorais*

Augusto Neftali Corte de Oliveira**

Doutor em Ciência Política, Pesquisador em Ciência Política do Núcleo de Políticas Públicas (NPP) da Fundação de Economia e Estatística (FEE)

Resumo

Frequentemente, pesquisas no campo das Ciências Sociais, em especial na Ciência Política e na Economia, demandam considerações sobre as diferenças ideológicas dos presidentes de países latino-americanos. Essa é uma preocupação relevante quando se procura compreender os efeitos das instituições políticas sobre o desempenho da economia (ciclos político-partidários), bem como o estudo das respostas eleitorais às percepções econômicas (*accountability* econômica). No entanto, a ideologia dos partidos e candidatos muda ao longo do tempo, de maneira que nem sempre é fácil classificar e distinguir as experiências políticas. Para enfrentar esse desafio, foi criado o Banco de Asserções Programáticas, que, por meio de uma estratégia de análise de conteúdo, reúne a posição dos programas de governo em 71 temas ligados à política econômica, cobrindo 62 eleições presidenciais em 16 países da América Latina entre 1998 e 2014. No presente artigo, é abordada a estratégia desenvolvida na formação do Banco de Asserções Programáticas, e são discutidas potencialidades de seu uso. Com essa intenção, o artigo apresenta um panorama da mudança ideológica dos ocupantes das presidências latino-americanas ao longo da primeira década do século XXI.

Palavras-chave: programas de governo; América Latina; análise de conteúdo.

Abstract

*Frequently, Social Science studies, especially those concerning Political Science and Economy, request considerations about the Latin American presidents' ideological differences. This is a relevant concern when we try to understand the effects of the political institutions on the performance of economy (**political cycles**) and the study of the electoral responses to the perceptions of economy (economic accountability). However, the parties' and the candidates' ideologies change over time, so categorizing and distinguishing political experiences is not always easy. To address this challenge, the Database of Programmatic Assertions was created, which, by means of a content analysis strategy, brings together the position of government plans on 71 issues related to the economic policy, covering 62 presidential elections in 16 Latin American countries, in the period between 1998 and 2014. In this article, we approach the strategy developed in the formation of the Database of Programmatic Assertions and discuss its potential uses. For this, we present an overview of the Latin American presidents' ideological changes in the first decade of the 21st century.*

Keywords: government platform; Latin America; content analysis.

* O presente artigo é proveniente da pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com orientação do Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann. A pesquisa beneficiou-se do debate e de contribuições dos membros do Núcleo de Políticas Públicas, bem como de valiosa revisão editorial na Fundação de Economia e Estatística (FEE). Erros remanescentes são de responsabilidade do autor.

Artigo recebido em 25 mar. 2015.

Revisora de Língua Portuguesa: Tatiana Zismann.

** E-mail: augusto.oliveira@fee.tche.br

Introdução

Um fundamento das democracias contemporâneas diz respeito à possibilidade de que o resultado de uma eleição controle — ou de forma mais singela, influencie — a política pública exercida por um governo no período que sucede à votação. Espera-se, também, que o eleitor possa identificar alternativas razoavelmente distintas nas eleições, que possa escolher, entre elas, a que julga mais adequada aos seus interesses e esteja mais próxima às suas opiniões. Esses mecanismos seriam capazes de ligar a decisão majoritária ou pluralista dos sufrágios às decisões dos que governam, conferindo um caráter de representação democrática ao mecanismo eleitoral. As Ciências Sociais realizam expressivo esforço para verificar a existência, condições e amplitude do fenômeno de representação política substantiva, sendo seguro afirmar que uma resposta consensual está longe de ser alcançada.

As pesquisas que procuram avançar nessas questões enfrentam o desafio de interpretar qual a mensagem de determinado candidato em um dado momento eleitoral. A imagem do candidato ou partido sobre o eixo ideológico esquerda-direita, sobretudo quando focada nos programas econômicos em pauta na disputa política, é o principal critério de diferenciação entre as alternativas programáticas. O embate entre centralização e descentralização nas diferentes perspectivas sobre o convívio social e as novas preocupações ecológicas e pós-materiais são outras questões que costumam dividir o campo político, mas o problema da intervenção econômica do Estado responde politicamente à clivagem central do século XX, que se dá entre proprietários e trabalhadores (Lipset; Rokkan, 1992). Como propõe Downs (1999, p. 137), é possível reduzir “[...] todas as questões políticas à sua relevância quanto a uma questão crucial: quanta intervenção governamental na economia deveria haver?”.

Portanto, as posições programáticas quanto à economia costumam ser as mais importantes para as pesquisas interessadas em mensurar as diferenças entre os partidos ou o impacto de suas ideologias na política pública. Alguns autores, como Hibbs (1977), Boix (1998), Alesina, Roubini e Cohen (1999) e Borsani (2003), partem da imagem historicamente construída pelos partidos para inferir qual seria sua ideologia econômica. Mesmo com limites institucionais e expectativas sobre a reação de outros atores, as pesquisas costumam inferir que partidos de esquerda, quando estão no governo, preocupam-se mais com o desemprego do que com o controle da inflação, sendo inverso o comportamento dos partidos de direita. Ou, por exemplo, como afirma Boix:

Espera-se que os governos socialistas intervenham extensivamente na economia para modificar os resultados do mercado e redistribuir riqueza em favor dos menos favorecidos [...]. Assume-se que partidos conservadores geralmente desenvolvem políticas menos intervencionistas e contam com os mecanismos de mercado para maximizar o crescimento econômico e proteger as liberdades individuais (Boix, 1998, p. 4).

Um problema que se coloca frente a essas iniciativas é o fato de que os objetivos ideológicos dos partidos nem sempre são claros e certamente não são fixos. Eles mudam na medida em que as agremiações consolidam-se, buscam ampliar seu apelo eleitoral e responder a desafios políticos contextuais. Essa é uma tendência conhecida desde o trabalho seminal de Michels (1960), que ganhou uma importância renovada com as mudanças dos partidos da esquerda europeia a partir da década de 70 do último século. Os partidos que não conseguiram lidar com problemas como a inflação ou a recessão, independentemente de suas premissas originais, acabaram punidos pelo eleitorado. Isso afeta o comportamento ideológico das agremiações e conduz a ideias que se mostram eleitoralmente mais eficientes. Portanto, as mudanças ideológicas dos partidos políticos não contam apenas com a evidência empírica proveniente das trajetórias das democracias mais antigas, como se mostram um traço provável do comportamento de agremiações expostas à competição eleitoral.¹

Essa preocupação motivou o desenvolvimento de estratégias capazes de captar com maior grau de sutileza quais são as propostas que os candidatos e partidos articulam nas eleições. Uma maneira de conduzir esta investigação é por meio dos documentos eleitorais que os candidatos apresentam no período pré-eleitoral. Denominados de várias formas — programas de governo, planos de governo, plataformas eleitorais — os documentos eleitorais costumam apresentar os discursos programáticos dos candidatos, articulando as ideias e propostas que serviriam de base para sua atuação no cargo pretendido (e de pista para a decisão do eleitor). Este artigo apresenta uma abordagem dos documentos eleitorais dos candidatos à presidência da América Latina recente. Por meio de uma estratégia de análise de conteúdo, foram investigados cerca de 140 programas de governo de mais de 60 eleições presidenciais entre 1998 e 2014, em 16 países da América Latina. Esses dados formaram o Banco de Asserções Programáticas (BAP)².

¹ Existe uma literatura bem desenvolvida na Ciência Política sobre a mudança ideológica dos partidos em ambientes democráticos. Para uma descrição estilizada dos incentivos concernentes, ver Stron (1990).

² O Banco de Asserções Programáticas foi construído pelo autor em sua pesquisa de doutorado e pode ser solicitado via *e-mail*.

O artigo está dividido em três seções. A primeira apresenta um panorama da utilização da análise de conteúdo para o estudo de programas de governo, traçando seu desenvolvimento a partir das experiências precursoras e as tendências atuais. A segunda seção introduz a estratégia de análise de conteúdo formatada nesta pesquisa, com os procedimentos, as variáveis e os casos que compõem o BAP. A terceira seção utiliza os dados do BAP e realiza um estudo das mudanças ideológicas dos presidentes eleitos na América Latina no decurso da primeira década do século XXI. Em conclusão, discutem-se as capacidades e limites do uso do BAP.

1 A análise de conteúdo no estudo da política: abordagens de programas de governo

Lowe e outros (2011, p. 124) salientam que a análise de conteúdo dos programas de governo é a forma mais utilizada de acessar as posições dos partidos e políticos em temas ideológicos. De fato, nenhum outro documento partidário é tão abrangente quanto os programas de governo, nem capaz de apresentar as preferências do partido como uma organização (Budge, 1993, p. 699). Outra metodologia utilizada para acessar a ideologia dos partidos realiza-se por meio de *survey*, seja aplicado a membros de partidos³ ou a pesquisadores/especialistas na política nacional.⁴ Ao lado de seu escopo teórico diferenciado, essas pesquisas não oferecem uma cobertura compreensiva em termos temporais e de candidaturas presidenciais.

A análise de conteúdo é uma metodologia utilizada nas Ciências Sociais para o estudo de qualquer espécie de material linguístico, operacionalizando-se a partir da definição de procedimentos destinados a identificar determinadas condições presentes na construção de um conjunto definido de textos (Henry; Moscovici, 1968). Presume-se que estas condições — atitudes, opiniões, pressupostos, intenções e mesmo estilo — estão presentes no ambiente autoral do texto, existem anterior e independentemente dele e podem ser mensuradas, comparadas e compreendidas a partir das técnicas de análise de conteúdo. Os discursos políticos são um de seus objetos tradicionais. Como propõe Lasswell (1982, p. 45) em estudo seminal no campo, os **fatos ideológicos** podem ser trabalhados quantitativamente por meio de procedimentos explícitos de análise de conteúdo.

Janis (1982) aponta que a análise de conteúdo realiza-se pela adoção de um procedimento que contabiliza os sinais presentes em um texto. Esses sinais podem ser estudados de diferentes formas, como veículo-sinal (frequência de uma determinada palavra), semântica (um conceito, independente da palavra utilizada) e asserção/temática (frequência da caracterização de um objeto de uma determinada forma, indicando o conteúdo das intenções e motivos do comunicador) (Janis, 1982, p. 55, 63). A rigorosidade da análise é facilmente verificada quando se utiliza a forma veículo-sinal, entretanto, a diversidade dos significados das palavras e seus usos limitam o alcance da estratégia. Conforme o autor, esse limite da abordagem veículo-sinal prejudica sua utilidade para a análise de fenômenos políticos. A validação da análise semântica e por asserção/temática não é tão simples, tendo em vista a necessidade de interpretação do pesquisador para identificar os sinais. A interpretação associada à codificação dos dados é um elemento qualitativo que a análise de conteúdo pode apresentar.

Existe certa controvérsia sobre a metodologia de análise de conteúdo ser inscrita no método qualitativo ou quantitativo. Quando o procedimento adotado é a simples extração de frequências (veículo-sinal) do texto, aproxima-se do método quantitativo (Bardin, 1995, p. 114; Franzosi, 2008, p. xxvii). A análise de conteúdo quantitativa separa as fases de extração dos dados da fase de análise: a estratégia de codificação, a codificação propriamente dita e a análise são realizadas em momentos diferentes, possivelmente por diferentes pessoas. Quando se considera a presença ou ausência de determinada proposição ou asserção, o procedimento aproxima-se do método qualitativo. Franzosi afirma que, na análise qualitativa, não há uma separação clara entre a coleção dos dados e sua análise, sendo os dois processos simultâneos. Quanto maior a demanda de interpretação associada à codificação, mais qualitativa torna-se a análise.

Atualmente, o uso do computador procura aprimorar a técnica de análise de conteúdo (Young; Soroka, 2012). Uma promissora iniciativa nesse campo está em desenvolvimento a partir de uma abordagem veículo-sinal, que

³ Para a América Latina, o Observatório de Partidos Políticos de América Latina — Opal mantém pesquisa *survey* sobre percepções, opiniões e atitudes de militantes e cúpulas partidárias, disponível em <<http://americo.usal.es/oir/opal/index.htm>>. Para o uso dos dados da OPAL para análise da influência do ciclo político sobre a economia, consultar Marcelino, Cavalcante e Oliveira (2012).

⁴ Em pesquisa que engloba os países da América Latina, o Project on Democratic Accountability and Citizen-Politician Linkages investiga diversos temas da organização político-partidária, inclusive a posição política das agremiações, por meio de *survey* com especialistas locais. Disponível em: <<http://sites.duke.edu/democracylinkage/>>.

compara a frequência de palavras de um conjunto de textos políticos, como programas de governo ou discursos, com um texto-modelo cujo posicionamento ideológico é previamente conhecido (Laver; Benoit; Garry, 2003). Embora permita situar ideologicamente um conjunto de documentos, essa técnica automatizada não revela quais políticas estão efetivamente sendo propostas pelos partidos, nem está clara sua capacidade para comparações de casos provenientes de diferentes contextos. Em que pese o desenvolvimento computacional, análises de conteúdo sofisticadas ainda demandam a intervenção humana: “Nós enfatizamos que a complexidade da linguagem implica que métodos automatizados de análise de conteúdo nunca irão substituir a leitura cuidadosa e atenta de textos” (Grimmer; Stewart, 2013, p. 2).

As características dos programas partidários variam muito entre as agremiações, países e épocas. Em alguns países, os programas de governo seguem formatos semelhantes, periodicidade estável e uma única finalidade: mobilização da disputa eleitoral. Esse é o caso dos Estados Unidos, em que os partidos Democrata e Republicano lançam plataformas eleitorais de quatro em quatro anos desde a metade do século XIX. Nos países da América Latina, a diversidade é muito maior, tanto mais quando considerado o conjunto de países.

Eventualmente, podem surgir dúvidas sobre o fato do programa de governo apresentar as reais posições políticas de um partido ou candidato. Laver e Garry (2000, p. 620) argumentam que tal noção de uma “posição real” é evasiva, e que, na prática, o que pode ser feito ao se pesquisar o assunto é cuidar, no desenho da pesquisa, dos diferentes contextos em que os programas são apresentados. Os programas de governo permitem uma base sólida para comparar as posições de diferentes atores e, também, ao longo de vários anos. Ademais, Budge (1993) afirma que os programas divulgados nas eleições vinculam a posição dos candidatos ao longo da campanha, em debates e pronunciamentos, pois contradições entre o que o está escrito e o que o candidato diz podem ser exploradas por seus adversários e pela mídia.⁵ Espera-se, portanto, que exista consistência entre o que está escrito nos programas de governo e o conteúdo de outras manifestações dos candidatos no período anterior às eleições.

As pesquisas de Ginsberg (1976) e Elling (1979) podem ser referidas como exemplos seminais da análise de conteúdo de programas de governo. A principal iniciativa em curso, atualmente, é o Manifesto Project Database, que cobre as eleições democráticas em mais de 50 países a partir de 1945 (Klingemann; Hofferbert; Budge, 1994). Infelizmente, a maior parte dos países da América Latina não está incluída no projeto. Para os partidos brasileiros, pode-se consultar a aplicação da metodologia do Manifesto Project Database realizada por Tarouco e Madeira (2013).

Um traço comum nas pesquisas de análise de conteúdo dos programas de governo é a utilização da forma asserção/temática para interpretar os sinais textuais. Outro elemento, aceito pelas estratégias de análise de conteúdo em geral, é considerar que o número de vezes que um tema é referido no programa de governo expressa sua importância para o partido: “[...] todas as teorias aceitam que se uma questão torna-se menos importante, o partido vai dedicar menos sentenças para ele”, afirmam Lowe e outros (2011, p. 128). Esse procedimento seria realmente adequado para medir as intenções dos partidos políticos nos programas de governo?

Estudando os programas de governo de partidos de esquerda do Brasil e do Chile, é possível reparar que quando ocorreram mudanças programáticas para a adesão a proposições e valores econômicos ortodoxos, as novas propostas foram apresentadas de maneira taxativa e sem maiores discussões nos documentos dos partidos (Oliveira, 2009, 2013). Uma interpretação para essa constatação é de que os partidos preferiram enviar um sinal claro o suficiente para não deixar dúvidas no público externo (eleitores), mas, ao mesmo tempo, evitaram realizar grandes explicações ou justificativas sobre um tema polêmico para o público interno (militantes), o qual provavelmente não mudaria suas convicções.

Generalizando essa constatação, é possível pensar que um tema favorável para as audiências internas ou externas pode ser explorado com detalhe, enquanto um tema apoiado apenas por uma das audiências pode constar de maneira taxativa (com baixa frequência de asserções). Portanto, o número de vezes que um tema é referido, a princípio, não significa necessariamente que o partido esteja mais comprometido com ele. Especialmente nos casos em que o partido está contrariando a posição dos militantes em favor do eleitor mediano (melhores chances eleitorais), é possível que as proposições sejam taxativas, concisas e enfáticas.

Dessa forma, e como salienta Bardin (1995, p. 109), o postulado de que a frequência que um tema aparece no documento corresponde à sua importância para o comunicador não é válido em todos os casos. Essa constatação também é relevante para comparar, diacrônica e sincronicamente, programas de governo de

⁵ Um exemplo recente da importância dessa coerência pode ser encontrado nas últimas eleições presidenciais dos Estados Unidos, quando as contradições entre o programa de governo e seu discurso custaram ao candidato republicano Mitt Romney o endosso de um prestigiado periódico econômico (Our..., 2012).

contextos políticos com diferentes níveis de institucionalização. Os programas em democracias recentes são menos pragmáticos, com um espaço muito grande dedicado a discussões históricas ou teóricas. A construção do Banco de Asserções Programáticas, cuja estratégia é apresentada na próxima seção, foi pensada para avaliar a importância de determinado tema para a candidatura presidencial (comunicador) de maneira independente do número de vezes que o tema é referido no texto do programa de governo.

2 Estratégia, categorias e variáveis do Banco de Asserções Programáticas

Esta seção apresenta a estratégia de análise de conteúdo que foi empregada na construção do Banco de Asserções Programáticas e a possibilidade de estabelecer um critério de posicionamento ideológico dos partidos e candidaturas com as informações que coleciona o banco. A partir dos argumentos apresentados na seção anterior, a estratégia desenvolvida deixa de considerar a frequência com que um sinal ocorre no texto do programa de governo pesquisado. Foram definidas 71 variáveis binárias, que apontam apenas a presença ou ausência de uma determinada asserção no programa de governo. As variáveis compreendem um tema e sua posição direcional (positivo/negativo). A utilização da variável binária (*dummy*), sem ponderação de sua intensidade ou frequência, evita trazer à codificação um aumento da subjetividade da interpretação.

Como se argumentou na **Introdução**, a principal distinção ideológica entre os partidos políticos decorre de sua interpretação sobre quanta intervenção estatal deve haver na economia, ou quanta intervenção é necessária para **corrigir** os processos **normais** do mercado. Portanto, adotou-se como ponto de partida para a definição teórica das variáveis de pesquisa as diferentes concepções sobre o papel do Estado e do mercado entre as visões de esquerda (maior intervenção) e de direita (menor intervenção), as contradições entre as estruturas públicas e privadas em uma série de temas. O conjunto de variáveis foi definido com o objetivo de estabelecer comparações: (a) entre competidores diretos em um determinado contexto nacional; (b) sobre as diferenças e similitudes dos partidos políticos de realidades nacionais diversificadas; e (c) ao longo de um período de tempo que, embora não seja exatamente extenso (2000-10), acompanha expressivas transformações políticas e econômicas em âmbito internacional.

Considerando o contexto do período de interesse, uma preocupação da construção do BAP é a necessidade de compreender o conjunto de juízos relativos às políticas de liberalização englobadas sob o título de Consenso de Washington (Marangos, 2009), que possuiu especial importância na condução da política econômica na América Latina a partir da década de 1990 (Rodrik, 2006). Consideradas um “remédio amargo” (Przeworski, 1994) para os problemas econômicos e de instabilidade monetária, as políticas desse campo perpassam a disciplina fiscal, a liberdade comercial, a desregulamentação econômica e, nas políticas sociais, a transferência de serviços para a esfera privada.

Em contrapartida, buscou-se inserir um conjunto de variáveis capazes de compreender medidas dedicadas ao aumento das estruturas próprias dos estados, tanto na área de obtenção de recursos como no desenvolvimento de um aparato burocrático autônomo da sociedade e do mercado (Evans; Rueschemeyer; Skocpol, 1999). Nesse sentido, incluem-se políticas que se propõem a: obter maiores recursos tributário; controlar (por meio de empresas estatais) ou regulamentar a atuação privada em determinados setores econômicos; prestar serviços públicos. Essas políticas são, em certa medida, antagônicas às propostas neoliberais.

Paralelamente às iniciativas próprias da ação do estado, as variáveis adotadas no BAP também se voltam para o campo cinzento das relações entre estado e mercado. Neste sentido, compreende políticas destinadas ao aumento da atividade produtiva, especialmente atreladas a dois conceitos-chave das experiências latino-americanas: (a) desenvolvimentismo, visão programática a respeito da atuação estatal em favor da industrialização com características nacionais (Fonseca, 2004); (b) substituição de importação, estratégias de proteção da indústria nacional e fomento da poupança e do investimento, do setor privado nacional, a partir de mecanismos como investimento governamental, tarifas, barreiras administrativas e taxa de câmbio (Bruton, 1998).

Excluídos os países que não se enquadravam no critério de democracias presidencialistas, ou para os quais não foi possível colecionar programas de governo representativo de ao menos três eleições presidenciais, foram incluídos no BAP os seguintes 16 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Foram analisados todos os programas de governo de presidentes eleitos nos referidos países entre 2002 e 2014 (com exceção da República Dominicana, cuja série se inicia em 2004). O BAP também inclui os principais candidatos

não eleitos na maioria das eleições, chegando-se a mais de 140 programas de governo. A próxima seção exemplifica a utilização do BAP com uma investigação aplicada a 62 programas de governos de presidentes eleitos.

3 Mudanças da ideologia econômica nas Presidências da América Latina: 1998-2015

A partir dos dados do BAP, é possível formar variáveis secundárias com o objetivo de identificar a posição ideológica das agremiações/candidaturas ou suas proposições em temas específicos de políticas públicas. Esse é um procedimento à parte do banco de dados propriamente considerado e está aberto para a criatividade do investigador, de acordo com as necessidades do que se deseja pesquisar. Para apresentar as transformações na ideologia econômica dos programas dos presidentes da América Latina recente, foram separadas 25 variáveis indicadoras de adesão a concepções econômicas ortodoxas e 25 variáveis indicadoras de adesão a propostas de intervenção econômica do Estado. No Quadro A.1 do Apêndice, apresenta-se a lista de asserções que compõe o campo de esquerda e de direita, com o valor percentual de presença de cada asserção no conjunto de programas de governos estudados.

A adesão dos programas de governo a cada um dos dois campos foi mensurada a partir de quantas asserções o programa adotou sobre o total de asserções pesquisadas (25). Assim, pode-se verificar maior ou menor adesão de cada programa aos valores liberais (valor de direita, V.DIR) ou intervencionistas (valor de esquerda, V.ESQ). As fórmulas adotadas foram: $V.Dir = \sum_{i=1}^n |D_i|/n$ e $V.Esq = \sum_{i=1}^n |E_i|/(n * -1)$, nas quais “D” corresponde à asserção de direita, “E” à asserção de esquerda e “n” ao total de asserções consideradas em cada campo. V.DIR possui variação de 1 (um, 100% das ênfases de direita previstas existem no programa) e zero (nenhuma ênfase de direita). V.ESQ possui variação de -1 (um negativo, 100% das ênfases de esquerda) e zero (nenhuma ênfase de esquerda).

Para mostrar a variação ideológica dos governos da América Latina, adotou-se uma medida tradicional da ideologia dos programas de governo (variável unidimensional entre esquerda e direita). O Valor de Ideologia (V.IDEO) foi pensado para a comparação entre programas de governo de um país, entre os programas de diversos países e ao longo do tempo. Calculou-se a diferença entre a proporção de ênfases de direita e de ênfases de esquerda sobre o total de ênfases de cada programa, neutralizando o viés que pode causar o tamanho do documento ou a utilização de *proxy* para os programas de governo.⁶ A fórmula adotada foi a seguinte: $V.Ideo = \sum_{i=1}^n |D_i| / (\sum_{i=1}^n |D_i| + \sum_{i=1}^n |E_i|) - \sum_{i=1}^n |E_i| / (\sum_{i=1}^n |D_i| + \sum_{i=1}^n |E_i|)$. A variação do V.IDEO percorre o máximo de direita (1) e o máximo de esquerda (-1). O valor “0” define o partido que está no centro ideológico.

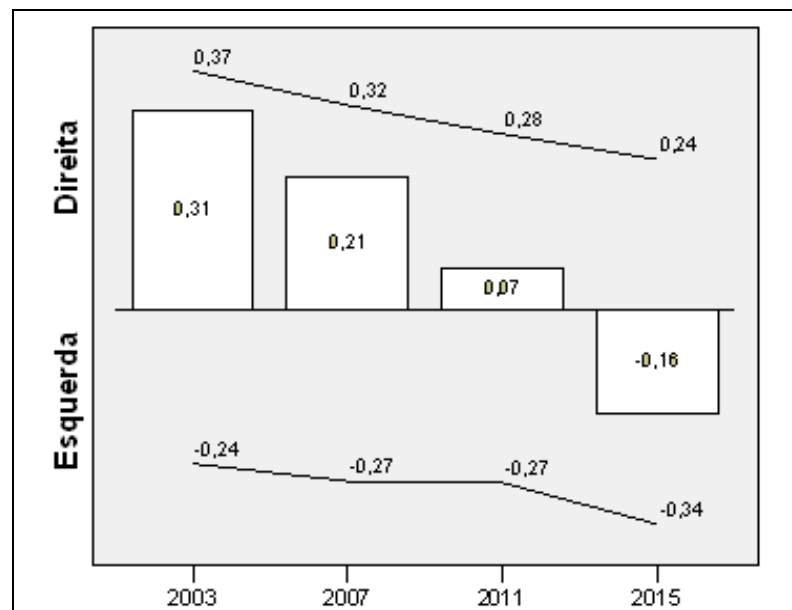
A Figura 1 apresenta os três indicadores para a média dos últimos quatro mandatos presidenciais nos 16 países estudados. A linha superior (campo positivo) indica V.DIR; a linha inferior (campo negativo) V.ESQ e as barras indicam V.IDEO. Como a esquerda é mensurada com um valor negativo, a inclinação para baixo da linha V.ESQ indica o aumento da frequência de asserções de esquerda nos programas.

A análise mostra que, na primeira década do século XXI, os programas de governo dos presidentes eleitos na América Latina têm gradualmente deixado de lado ideias econômicas liberais. Do total de 25 conceitos, os presidentes que governavam no ano de 2003 manifestaram, em média, 37% deles em seus programas de governo. Atualmente, manifestam adesão a apenas 24%. Por outro lado, cresceu a adesão média a concepções ideológicas de esquerda — de 24% de adesão em 2003 para 34% em 2015. Acompanhando essas transformações, a ideologia programática na temática econômica deixou, na média dos países da América Latina, o campo da direita e situa-se atualmente no campo da esquerda. Se consideradas as 50 proposições de política econômica estudadas (25 proposições liberais e 25 proposições intervencionistas), pode-se concluir que a América Latina moveu-se gradualmente para uma posição média de esquerda.

⁶ Em um caso, o do Partido Liberal Constitucionalista (PLC) da Nicarágua, em 2001, foi utilizado apenas o discurso de posse do presidente eleito. Como esta é uma manifestação posterior às eleições, é lícito questionar se poderia ser considerada como expressão do programa de governo. No caso específico, a ratificação das promessas de campanha realizada pelo presidente eleito em seu discurso parece autorizar essa interpretação. Para discussão sobre o uso outras fontes como *proxy* de documentos partidários, ver Benoit e outros (2012).

Figura 1

Valores médios da Ideologia Programática (V.IDEO), das ênfases de direita (V.DIR) e das ênfases de esquerda (V.ESQ) dos 16 países analisados para os últimos quatro mandatos presidenciais



NOTA: 1. Elaboração do autor com base no Banco de Asserções Programáticas. Ver Quadro A.2 do Apêndice.

2. V.IDEO na barra; V.DIR na linha superior; e V.ESQ na linha inferior.

3. Para 2003, dados da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Nicarágua, Peru, Uruguai e Venezuela. Para 2015, 2011 e 2007, dados de todos os países pesquisados.

4. Os dados de 2015 referem-se aos presidentes em exercício neste ano. Os dados relativos a 2011, 2007 e 2003 referem-se aos mandatos presidenciais imediatamente anteriores.

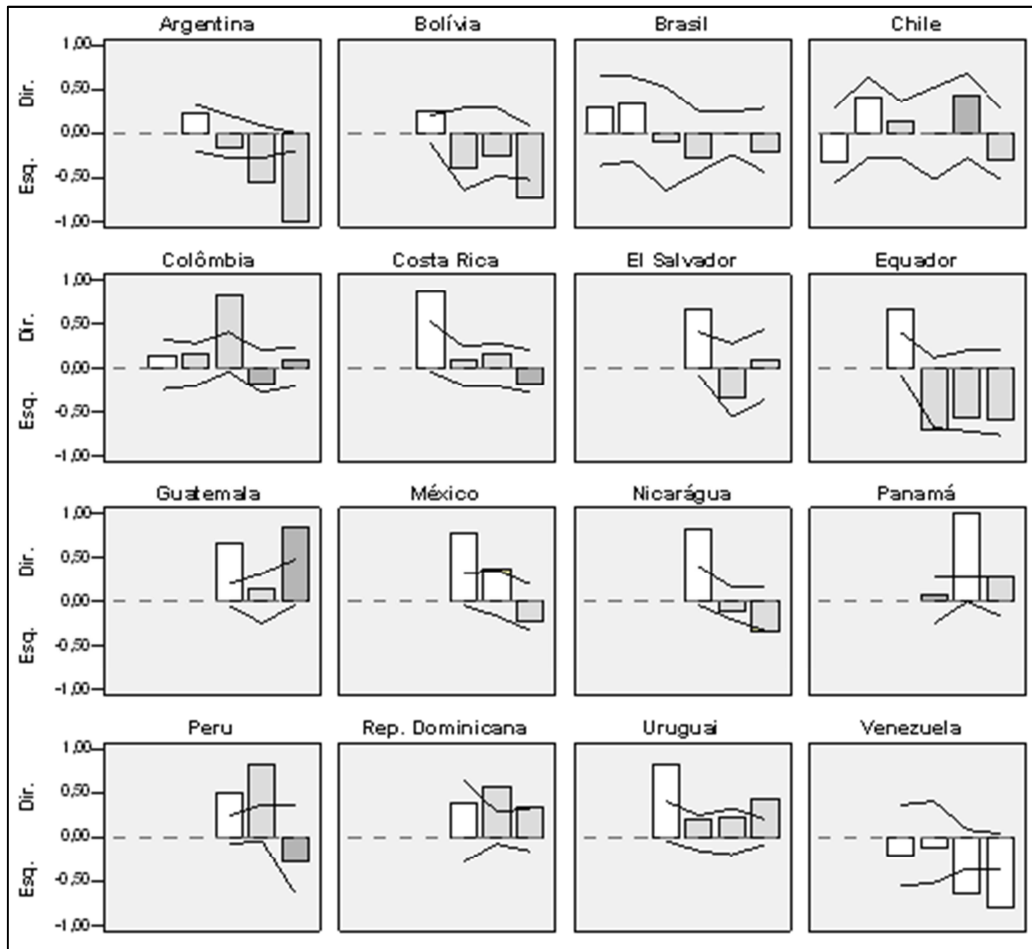
A Figura 2 abre os dados dos três indicadores (V.DIR, V.ESQ e V.IDEO) para cada mandato presidencial nos 16 países. A diferente tonalidade das barras indica a mudança do partido e/ou do presidente nos sucessivos mandatos. Para conferir os valores, consultar o Quadro A.2 do Apêndice.

A Figura 2 permite observar a inflexão à esquerda nos programas de governo dos últimos presidentes eleitos em nove países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, México, Nicarágua e Peru. Em comparação com os mandatos anteriores, uma trajetória de menor adesão a ênfases econômicas liberais pode ser reparada na Argentina, no Brasil, no Equador e na Nicarágua. Apenas na Bolívia e no Equador, os novos mandatos mantiveram, ao longo de sucessivas reeleições, programas de governo com forte presença de ênfases pró-intervenção estatal. No Peru, a eleição de Ollanta Humala do Partido Nacional Peruano (PNP), em 2011, ocorreu com um programa bastante mais intervencionista do que os presidentes anteriores, mas mantendo a presença de ênfases liberais.

Além desses, todos os quatro mandatos estudados na Venezuela — a partir da primeira vitória do Movimento Quinta República (MVR) de Hugo Chávez em 1998 — situam-se no campo de esquerda. Embora o atual mandato da Frente Farabundo Martí de Liberación Nacional (FMLN), em El Salvador, situe-se no campo de direita, os mandatos do FMLN possuem maior ênfase na intervenção econômica do que seu antecessor Aliança Republicana Nacional (ARENA). No Chile, após o mandato da Renovação Nacional (RN), de Sebastián Piñera, a nova eleição do Partido Socialista (PS) de Michelle Bachelet, em 2013, ocorre com o programa de governo mais esquerdista desde a primeira eleição democrática do Chile recente.

Figura 2

Ideologia Programática (V.IDEO), ênfases de direita (V.DIR) e de esquerda (V.ESQ) em mandatos presidenciais, nos 16 países analisados — 1998-2014



NOTA: 1. Elaboração do autor com base no Banco de Asserções Programáticas (Quadro A.2 do Apêndice).
 2. V.IDEO na barra; V.DIR na linha superior; V.ESQ na linha inferior. Para dados, ver Quadro A.2 do Apêndice.

Os programas de governo dos presidentes da Colômbia mostram um discurso ideológico muito próximo do centro, com exceção do segundo mandato de Álvaro Uribe. Da mesma forma, os três governos do Frente Ampla (FA) do Uruguai apresentam programas com uma ideologia programática de direita, embora sensivelmente diferenciada do último mandato do partido colorado. Os dois primeiros mandatos de Evo Morales (MAS — Movimento ao Socialismo) na Bolívia, os dois primeiros mandatos de Hugo Chávez (MVR) na Venezuela, assim como os mandatos da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) na Nicarágua, do FMLN em El Salvador, do PNP no Peru e do Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil possuem um discurso econômico, nos programas de governo dos presidentes eleitos, possivelmente mais próximo ao centro do que seria de se supor a partir da imagem desses partidos.⁷

Com os dados do BAP, também é possível verificar quais ênfases (asserções programáticas) compõem a ideologia econômica dos candidatos presidenciais eleitos. A Tabela 1 separa os presidentes eleitos com programas de governo de esquerda (V.IDEO menor do que zero) dos eleitos com programas de governo de direita (V.IDEO maior ou igual à zero) e apresenta percentualmente em quantos deles consta a adesão às asserções programáticas selecionadas. Na Tabela 1, foram selecionadas as cinco asserções mais frequentes entre os programas considerados de esquerda.

⁷ Deve-se frisar que a pesquisa limitou-se ao conteúdo econômico dos programas de governo, não abordando questões relativas à cultura e aos costumes. Algumas candidaturas foram patrocinadas por coligações de partidos, situação que pode influenciar o conteúdo de seus programas de governo. A identificação refere-se ao partido do candidato à presidência.

Tabela 1

Asserções programáticas mais recorrentes em programas de esquerda, com frequência em programas de esquerda e de direita, nos 16 países analisados da América Latina —1998-2014

ASSERÇÃO PROGRAMÁTICA	PROGRAMAS DE ESQUERDA	PROGRAMAS DE DIREITA
Regulação sobre setores estratégicos (mineração, energia, recursos naturais)	73	23
Economia: crescimento baseado no mercado interno	69	14
Planejamento econômico: função do governo	65	34
Regulação do mercado financeiro, capital, bancos	65	29
Tributos: mais progressivos, menos regressivos	65	17

(%)

NOTA: 1. Elaboração do autor com base no Banco de Asserções Programáticas (Quadro A.1 do Apêndice).
2. Programas de esquerda: 25 casos.
3. Programas de direita: 37 casos.

As cinco ênfases mais frequentes nos programas dos presidentes de esquerda da América Latina referem-se à regulação da atividade em setores econômicos estratégicos, ao fomento do mercado interno, ao planejamento econômico pelo governo, à regulação do mercado financeiro e à reforma na progressividade da tributação. Todas essas ênfases estão presentes em 65% ou mais dos programas de governo de esquerda, sendo bem menos frequentes nos programas de direita. A ênfase **crescimento baseado no mercado interno e tributos: mais progressivos, menos regressivos** estão presentes em apenas 14% e 17% dos programas de direita. O dispositivo do planejamento econômico como função do governo é o mais frequente nos programas de direita, alcançando 34% deles.

A Tabela 2 reproduz o exercício com as cinco ênfases mais frequentes nos programas de governo de presidentes que se situam no campo da direita. Repara-se que as ênfases mais frequentes nos programas de direita são bastante recorrentes também nos programas de esquerda, em especial o **controle da inflação** e a **redução/limitação do déficit orçamentário**. Essa constatação parece mostrar a adesão de candidaturas de esquerda a certos princípios econômicos ortodoxos. A busca de investimentos externos diretos, a abertura comercial com os Estados Unidos e a participação privada em setores estratégicos são as outras três ênfases mais frequentes nos programas de governo de direita, sendo relativamente menos frequentes nos programas de esquerda — em especial a abertura comercial com os Estados Unidos. Duas ênfases bastante presentes em programas de direita e praticamente ausentes na esquerda referem-se à defesa do livre mercado (pelo abandono de quotas e tarifas) e à flexibilização do mercado de trabalho.

Tabela 2

Asserções programáticas mais recorrentes em programas de direita, com frequência em programas de esquerda e de direita, nos 16 países analisados da América Latina —1998-2014

ASSERÇÃO PROGRAMÁTICA	PROGRAMAS DE ESQUERDA	PROGRAMAS DE DIREITA
Controle da inflação/meta da política econômica	69	77
Redução/limitação do déficit orçamentário	62	77
Economia: investimento externo direto	46	71
Comércio com Estados Unidos, NAFTA, CAFTA-RD, ALCA (1)	23	66
Participação privada em setores estratégicos (mineração, energia, recursos naturais, etc.)	38	51

(%)

NOTA: 1. Elaboração do autor com base no Banco de Asserções Programáticas (Quadro A.1 do Apêndice).
2. Programas de esquerda: 25 casos.
3. Programas de direita: 37 casos.

(1) Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA); Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA-RD) e Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Em síntese, os dados do Banco de Asserções Programáticas, organizados em três variáveis secundárias — V.DIR, V.ESQ e V.IDEO — permitem verificar a diversidade ideológica da América Latina nesta primeira década do século XXI. Em todos os países da América Latina estudados, com a exceção da República Dominicana, foram constatadas importantes mudanças na ideologia econômica dos programas de governo dos presidentes eleitos. Mesmo considerando a reeleição de presidentes ou a recondução de um partido à presidência, podem ser verificadas transformações ideológicas expressivas.

Dois exemplos disso podem ser observados na Colômbia e na Venezuela. O programa com o qual Álvaro Uribe conquistou seu segundo mandato moveu-se significativamente à direita do que se encontrava no primeiro, deixando de lado ênfases favoráveis à intervenção e reforçando a adesão ao liberalismo. Na Venezuela, o terceiro mandato de Hugo Chávez apresentou um programa bastante mais esquerdista, especialmente abandonando ênfases liberais. Tais transformações podem decorrer do aprendizado adquirido durante os primeiros governos: a experiência de governo pode mudar as expectativas ideológicas dos partidos e candidatos. Essas mudanças também podem advir de acontecimentos que transformam a paisagem política de cada país — como o golpe de estado contra Hugo Chávez em 2002.

Conclusão

O Banco de Asserções Programáticas é um banco de dados construído por meio da estratégia de análise de conteúdo descrita neste artigo e aplicada aos programas de governo das eleições presidenciais da América Latina no período de 1998 a 2014. O banco de dados compreende a análise de programas de candidatos vitoriosos e derrotados nas eleições presidenciais de 16 países da América Latina recente (versão BAP. B.1). O banco coleciona a ausência/presença de 71 asserções sobre política econômica em cada programa de governo. Esses dados permitem apreender qual a posição do discurso programático dos candidatos presidenciais, seja de um em relação aos outros (em determinado sistema político, em uma série temporal) ou a partir de pressupostos teóricos definidos previamente. Ao contrário de outras estratégias de posicionamento ideológico, a análise de programas de governo proposta neste artigo permite identificar quais são as promessas específicas que os candidatos fazem nas eleições presidenciais (ou, pelo menos, um conjunto dessas promessas).

A primeira década do século XXI foi um período de grandes transformações políticas na América Latina, com a ascensão de governos de esquerda em diversos países. Como demonstra a análise desenvolvida, essas esquerdas não compartilham valores homogêneos em sua política econômica. Mais do que isso, existem mudanças significativas no discurso programático de um mesmo candidato/partido de eleição para eleição, o que pode indicar a adequação dos objetivos ideológicos ao contexto político e o efeito da aprendizagem com o exercício do governo. A análise de conteúdo dos programas de governo permite acompanhar essas transformações com maior frequência e com custos muito inferiores do que os necessários para a organização de *survey* entre especialistas ou lideranças partidárias. Com sua utilização, é possível acompanhar quais conceitos ou ideias são mobilizados na disputa política e eleitoral. É possível observar a organização do discurso programático de um candidato/partido em face de seus oponentes e no conjunto de partidos de seu campo ideológico na América Latina⁸.

Um diferencial da estratégia do BAP em relação à utilizada pelo Manifesto Project Database — inclusive a escala ideológica *Right-Left* (RILE) — e as iniciativas de leitura informatizada de veículo-sinal, é que com o BAP é possível identificar quais propostas ou promessas são efetivamente mobilizadas em um programa de governo. Além de compor um indicador de posição ideológica, parece relevante saber quais atitudes econômicas ganham e quais perdem valor nos diferentes contextos políticos. Por outro lado, o BAP não avança no problema da adequação das variáveis às transformações dos conceitos políticos ao longo do tempo. A dinâmica política pode trazer novas ideias não abrangidas pelas variáveis discriminadas, e essas informações não são capturadas pelo BAP.

A estratégia de análise de conteúdo apresentada, que avalia a presença ou ausência de um conjunto de asserções nos programas de governo, permite identificar de maneira clara o compromisso de um candidato com determinadas políticas públicas. Isso não é obtido com outras estratégias de análise de conteúdo, focadas na frequência de veículo-sinal (palavras). Ademais, não é necessariamente correta a proposição de que a frequência de um sinal no texto é correspondente a sua importância política e ao esforço pós-eleitoral de consecução. Considerando as estratégias mais utilizadas, a proposta de análise de conteúdo instrumentalizada no presente artigo apresenta inovações cuja oportunidade pode ser investigada.

Conhecer as promessas eleitorais e como os competidores se posicionam uns em relação aos outros também é relevante para pesquisar as respostas dos cidadãos ao desempenho econômico no curso dos mandatos presidenciais. As eleições possuem um componente de julgamento sobre a atuação dos mandatos em curso, podendo aprová-los com a reeleição ou reprová-los com a escolha de outro candidato. A eleição também é

⁸ No estudo do presente artigo, os dados do BAP não foram utilizados para análise das diferenças ideológicas entre as candidaturas de cada eleição presidencial. Essa investigação foi realizada em Oliveira (2014).

um momento de autorização, que constitui um novo mandato presidencial, e cria a expectativa da representação programática. Centrada na interpretação sobre a realidade e nas promessas sobre o futuro, a representação programática é apenas parte de um complexo sistema de conexões entre o exercício da cidadania e a política pública.

Para as pesquisas interessadas nos efeitos econômicos das eleições, conhecer de forma comparada a ideologia programática dos candidatos permite estabelecer um critério de identificação ideológica mais preciso do que a imagem dos partidos, atrelada ao momento eleitoral e de constituição dos governos. Eliminam-se, dessa forma, eventuais riscos de endogeneidade — se a posição ideológica do presidente é determinada em consideração a suas ações no governo, quando deveriam ser estabelecidas de maneira exógena. Apenas conhecendo as promessas eleitorais dos candidatos torna-se possível verificar, de maneira objetiva, se os governos cumprem o que prometem e se os eventuais reflexos dos ciclos políticos na economia são consistentes com as diferenças ideológicas das forças partidárias.

Por fim, ressalta-se que a estratégia de análise de conteúdo desenvolvida poderia ser empregada em outros âmbitos, como nas eleições estaduais e locais, com a adequação das variáveis ao contexto. Espera-se que o trabalho realizado para estruturar o BAP possa servir de exemplo — seja pelos seus problemas, quer por eventuais méritos — no desenvolvimento posterior de estratégias de análise de conteúdo aplicadas a programas de governo. Quanto ao BAP, as informações levantadas estão disponíveis para utilização. A estratégia de análise de conteúdo adotada, tanto quanto outras iniciativas que utilizam asserções, comporta um elemento qualitativo, de interpretação, na leitura dos textos. A confiabilidade do BAP poderá ser testada com sua utilização, permitindo inclusive revelar novos procedimentos e abordagens, ou corrigir seus problemas.

O Banco de Asserções Programáticas oferece informações sobre os programas de governo dos candidatos presidenciais (eleitos e derrotados) na América Latina, em especial para as eleições ocorridas a partir do ano 2000. Esse é o primeiro exercício de sistematizar e disponibilizar essas informações. Muitas vezes, as democracias latino-americanas são interpretadas a partir de conceitos que indicam sua disfunção — clientelismo, patrimonialismo, populismo. Espera-se que os dados do BAP ajudem a investigar, inquirir e talvez revelar a dimensão programática das democracias latino-americanas.

Apêndice

Quadro A.1

Percentual da relação de asserções programáticas e frequência no conjunto de programas de governo — 1998-2014

ASSERÇÕES DO CAMPO DA ESQUERDA		ASSERÇÕES DO CAMPO DA DIREITA	
Regulação do mercado: melhor funcionamento contra cartéis e monopólios (variável 28)	56	Economia: controle da inflação, meta da política econômica (variável 43)	75
Planejamento econômico: função do governo (variável 27)	48	Economia: redução ou limitação do déficit orçamentário (variável 41)	71
Regulação de setores estratégicos (mineração, energia, recursos naturais) (variável 35)	44	Economia: investimento externo direto (variável 48)	60
Regulação do mercado financeiro, capital, bancos (variável 32)	44	Comércio com Estados Unidos, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA), Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana (CAFTA)-RD, Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (variável 02)	48
Tributos: fiscalização, combate à evasão (variável 09)	43	Participação privada em setores estratégicos (mineração, energia, recursos) (variável 37)	46
Tributos: mais progressivos, menos regressivos (variável 07)	38	Internacional: Diminuição das barreiras comerciais com outros países (variável 03)	46
Economia: crescimento baseado no mercado interno (variável 59)	38	Tributos: diminuição sobre a produção/consumo (mais investimento, emprego) (variável 10)	37
Neoliberalismo, liberalismo (negativo) (variável 17)	38	Mercado financeiro, bancos privados (variável 34)	35
Atuação em setores estratégicos (mineração, energia, recursos naturais) (variável 36)	35	Economia: livre mercado, eliminar restrições ao comércio entre países (tarifas, quotas) (variável 49)	33
Economia: gasto público, estímulo da demanda em crise (variável 60)	35	Propriedade, garantia de (variável 22)	32
Regulação do mercado trabalho: aumentar, proteção do trabalhador (variável 29)	30	Economia: não intervenção na taxa de câmbio, moeda forte (variável 47)	29
Reforma agrária (variável 70)	24	Regulação do mercado trabalho: flexibilização relações, livre negociação (variável 30)	27
Privatização: crítica, reverção (variável 13)	22	Eficiência administrativa, eficiência do governo, burocracia (pró-negócios) (variável 18)	27
Economia: intervenção na taxa de câmbio (variável 57)	21	Economia: pagamento da dívida, respeito aos contratos, cumprimento das obrigações (variável 51)	27
Saúde: participação privada (negativo), regulação, limitação (variável 65)	19	Economia: controle, diminuição do gasto público (variável 50)	24
Internacional: Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM): interrupção das relações (negativo) (variável 06)	16	Educação — participação privada (variável 66)	24
Internacional: imperialismo, anti-ALCA, anti-EUA (negativo) (variável 04)	14	Economia: poupança pública, reservas internacionais (variável 46)	24
Dívida externa, pública: auditoria, renegociação, revisão dos contratos (variável 53)	14	Economia: autonomia do Banco Central (variável 44)	22
Economia: substituição de importações, protecionismo (variável 61)	14	Saúde: participação privada (variável 64)	19
Regulação do mercado trabalho: fiscalização da aplicação das normas (variável 31)	14	Economia: superávit orçamentário (variável 42)	17
Economia: investimento externo direto (negativo) (variável 58)	14	Livre mercado: valor da política interna (variável 16)	13
Tributos: aumento sobre o capital, riqueza, fortuna (variável 08)	11	Tributos: diminuição sobre o capital (mais investimento e emprego) (variável 11)	8
Socialismo (variável 21)	10	Privatização (variável 12)	8
Latifúndio (negativo) (variável 71)	10	Internacional: FMI, BM: manutenção ou aumento das relações (variável 05)	8
Nacionalização (variável 14)	5	Economia: corte/controle de gastos durante crises (variável 45)	3

NOTA: 1. Elaboração do autor com base no Banco de Asserções Programáticas.

NOTA: 2. Casos: 62 programas de governo.

Quadro A.2

Valores do V.IDEO, V.DIR e V.ESQ, por partido do presidente e ano da eleição, para os 16 países analisados — 1998-2014

PAÍS	PARTIDO ANO	V.IDEO	V.DIR V.ESQ	PAÍS	PARTIDO ANO	V.IDEO	V.DIR V.ESQ
Argentina	UCR 99	0,23	0,32 -0,20	Equador	PAIS 09	-0,57	0,20 -0,72
	FPV 03	-0,17	0,20 -0,28		PAIS 13	-0,58	0,20 -0,76
	FPV 07	-0,56	0,08 -0,28	El Salvador	ARENA 04	0,67	0,40 -0,08
	FPV 11	-1,00	0,00 -0,20		FMLN 09	-0,33	0,28 -0,56
Bolívia	MNR 02	0,25	0,20 -0,12	FMLN 14	0,10	0,44 -0,36	
	MAS 05	-0,39	0,28 -0,64	Guatemala	GANA 03	0,67	0,20 -0,04
	MAS 09	-0,26	0,28 -0,48		UNE 07	0,14	0,32 -0,24
	MAS 14	-0,73	0,08 -0,52		PP 11	0,85	0,48 -0,04
Brasil	PSDB 94	0,28	0,64 -0,36	México	PAN 00	0,78	0,32 -0,04
	PSDB 98	0,33	0,64 -0,32		PAN 06	0,38	0,36 -0,16
	PT 02	-0,10	0,52 -0,64		PRI 12	-0,23	0,20 -0,32
	PT 06	-0,29	0,24 -0,44	Nicarágua	PLC 01	0,82	0,40 -0,04
	PT 10	0,00	0,24 -0,24		FSLN 06	-0,11	0,16 -0,20
	PT 14	-0,22	0,28 -0,44		FSLN 11	-0,33	0,16 -0,32
Chile	PDC 89	-0,33	0,28 -0,56	Panamá	PRD 04	0,08	0,28 -0,24
	PDC 94	0,39	0,64 -0,28		CD 09	1,00	0,28 -0,00
	PPD 99	0,13	0,36 -0,28		PAN 14	0,27	0,28 -0,16
	PS 05	0,00	0,52 -0,52	Peru	PP 01	0,5	0,24 -0,08
	RN 09	0,42	0,68 -0,28		APRA 06	0,8	0,36 -0,04
	PS 13	-0,30	0,28 -0,52		PNP 11	-0,28	0,36 -0,64
Colômbia	PC 98	0,14	0,32 -0,24	Rep. Dominicana	PLD 04	0,39	0,64 -0,28
	1CO 02	0,17	0,28 -0,20		PLD 08	0,56	0,28 -0,08
	1CO 06	0,82	0,40 -0,04		PLD 12	0,33	0,32 -0,16
	PdelaU 10	-0,17	0,20 -0,28	Uruguai	PC 99	0,82	0,40 -0,04
	PdelaU 14	0,09	0,24 -0,20		FA 04	0,2	0,24 -0,16
PUSC 02	0,86	0,52 -0,04	FA 09		0,23	0,32 -0,20	
Costa Rica	PLN 06	0,09	0,24 -0,20	FA 14	0,43	0,20 -0,08	
	PLN 10	0,17	0,28 -0,20	Venezuela	MVR 98	-0,22	0,36 -0,56
	PAC 14	-0,17	0,20 -0,28		MVR 00	-0,13	0,40 -0,52
SP 02	0,67	0,40 -0,08	MVR 06		-0,64	0,08 -0,36	
PAIS 06	-0,70	0,12 -0,68	PSUV 12		-0,80	0,04 -0,36	

NOTA: Elaboração do autor com base no Banco de Asserções Programáticas.

Referências

- ALESINA, A.; ROUBINI, N.; COHEN, G. D. **Political Cycles and the Macroeconomy**. Cambridge: MIT, 1999.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1995.
- BENOIT, K. *et al.* How to scale coded text units without bias: A response do Gemenis. **Electoral Studies**, Dallas, v. 30, p. 1-4, 2012.
- BOIX, C. **Political Parties, Growth and Equality: Conservative and Social Democratic Economic Strategies in the World Economy**. Cambridge: Cambridge University, 1998.
- BORSANI, H. **Eleições e Economia: instituições políticas e resultados macroeconômicos na América Latina (1979-1998)**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- BRUTON, H. J. A Reconsideration of Import Substitution. **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 36, n. 2, p. 903-936, 1998.
- BUDGE, I. Parties, Programs and Policies: A Comparative and Theoretical Perspective. **American Review of Politics**, Fayetteville, n. 14, p. 695-716, 1993.
- DOWNS, A. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- ELLING, R. C. State Party Platforms and State Legislative Performance: A Comparative Analysis. **American Journal of Political Science**, Malden, v. 23, n. 2, p. 383-405, 1979.
- EVANS, P. B.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (Org.). **Bring the State Back In**. Cambridge: Cambridge University, 1999.
- FONSECA, P. C. D. Gênese e Precusores do Desenvolvimentismo no Brasil. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 225-256, 2004.
- FRANZOSI, R. (Org.). **Content Analysis: Benchmarks in Social Research Methods**. Thousand Oaks: Sage, 2008.
- GINSBERG, B. Elections and Public Policy. **American Political Science Review**, Washington, D.C., v. 70, n. 1, p. 41-49, 1976.
- GRIMMER, J.; STEWART, B. Text as Data: The Promise and Pitfalls of Automatic Content, Analysis Methods for Political Texts. **Political Analysis**, Oxford, v. 21, n. 3, p. 267-297, 2013.
- HENRY, P.; MOSCOVICI, S. Problèmes de l'analyse de contenu. **Langages**, Paris, v. 3, n. 11, p. 36-60, 1968.
- HIBBS, D. A. Political Parties and Macroeconomic Policy. **American Political Science Review**, Washington, D.C., n. 71, p. 1467-1487, 1977.
- JANIS, I. L. O Problema da Validação da Análise de Conteúdo. In LASSWELL, H. (Org.). **A Linguagem da Política**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982. p. 53-76.
- KLINGEMANN, H.-D.; HOFFERBERT, R. I.; BUDGE, I. **Parties, Policies, and Democracy**. Boulder: Westview, 1994.
- LASSWELL, H. (Org.). **A Linguagem da Política**. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 1982.
- LAVER, M.; BENOIT, K.; GARRY, J. Extracting Policy Positions from Political Texts Using Words as Data. **American Political Science Review**, Washington, D.C., v. 97, n. 2, p. 311-331, 2003.
- LAVER, M.; GARRY, J. Estimating Policy Positions from Political Texts. **American Journal of Political Science**, Washington, D.C., v. 44, n. 3, p. 619-634, 2000.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos de eleitores. In: LIPSET, S. M. **Consenso e Conflito: Ensaio de sociologia política**. Lisboa: Gradiva, 1992. p. 161-259.
- LOWE, W. *et al.* Scaling Policy Preferences from Coded Political Texts. **Legislative Studies Quarterly**, Washington, D.C., v. 36, n. 1, p. 123-155, 2011.
- MARANGOS, J. The Evolution of the Term 'Washington Consensus'. **Journal of Economic Surveys**, Malden, v. 23, n. 2, p. 350-384, 2009.

MARCELINO, S.; CAVALCANTE, P.; OLIVEIRA, A. N. C. de. Democracia e Desempenho Econômico: uma abordagem comparada da América Latina. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 8., 2012, Gramado. [Anais eletrônicos...]. Rio de Janeiro: ABCP, 2012. Disponível em: <http://www.starlinetecnologia.com.br/abcp2012/arquivos/20_6_2012_21_58_10.pdf>, Acesso em: 1 out. 2013.

MICHELS, R. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Senzala, 1960.

OLIVEIRA, A. N. C. de. O Partido Socialista chileno nos 20 anos de Concertación: mudança organizacional, concessões programáticas e crise endógena. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 12, p. 115-144, 2013.

OLIVEIRA, A. N. C. de. Partidos e política social no Brasil e no Chile. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 39-67, 2009.

OLIVEIRA, A. N. C. de. **Representação programática em 16 democracias presidencialistas: América Latina, 2000-2010**. 2014. 226 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PRZEWORSKI, A. **Democracia e Mercado: no Leste Europeu e na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

RODRIK, D. Goodbye Washington Consensus, Hello Washington Confusion? **Journal of Economic Literature**, Pittsburgh, v. 44, n. 4, p. 973-987, 2006.

STROM, K. A Behavioral Theory of Competitive Political Parties. **American Journal of Political Science**, East Lansing, MI, v. 34, n. 2, p. 565-598, 1990.

TAROUCO, G. da S.; MADEIRA, R. M. Partidos, Programas e o Debate sobre Esquerda e Direita no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 21, n. 45, p.149-165, 2013.

OUR American endorsement: Which one? **The Economist**, London, 3 Nov. 2012. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21565623-america-could-do-better-barack-obama-sadly-mitt-romney-does-not-fit-bill-which-one>>. Acesso em: 4 nov. 2012.

YOUNG, L.; SOROKA, S. Affective News: The Automated Coding of Sentiment in Political Texts. **Political Communication**, Washington, D.C., n. 29, p. 205–231, 2012.

